

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.582.210 - MS (2019/0272329-0)

RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO
AGRAVANTE : LEANDRO DA MOTTA LAMEIRA
ADVOGADO : GUSTAVO UBIRAJARA GIACCHINI E OUTRO(S) - MS010895
AGRAVADO : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : VANILTON BARBOSA LOPES E OUTRO(S) - MS006771
RUDOLF SCHAITL - TO000163

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** AÇÃO CONDENATÓRIA POR COBRANÇA INDEVIDA. EXISTÊNCIA DE COISA JULGADA. EXTENSÃO DOS EFEITOS. SÚMULA 7 DO STJ. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

LEANDRO DA MOTTA LAMEIRA (LEANDRO) ação condenatória por cobrança indevida contra BANCO DO BRASIL S.A. (BANCO), julgada extinta, sem resolução de mérito, com base no art. 485, V, do NCPC.

A apelação interposta por LEANDRO não foi provida pelo TJMS em acórdão assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO ORDINÁRIA CONDENATÓRIA POR COBRANÇA INDEVIDA – PRETENSÃO DE NOVO JULGAMENTO DE SENTENÇA DA QUAL NÃO RECORREU – SENTENÇA ANTERIOR TRANSITADA EM JULGADO – SENTENÇA MANTIDA - RECURSO DESPROVIDO.

É vedada a rediscussão de questão anteriormente julgada de forma definitiva, de tal forma que, aperfeiçoada a coisa julgada material, a matéria por ela acobertada não mais pode ser objeto de discussão. Recurso desprovido (e-STJ, fl. 524).

Os embargos de declaração opostos por LEANDRO foram rejeitados (e-STJ, fls. 545/550).

Irresignado, LEANDRO interpôs recurso especial amparado no art. 105, III, alínea *a*, da CF, alegando ofensa ao art. 485, V, do NCPC, sob o argumento de que não há falar em coisa julgada, uma vez que não se pede o valor cobrado indevidamente pelo banco mas o valor pago à mais pelo banco, não havendo, portanto, identidade da causa de pedir e do pedido.

Superior Tribunal de Justiça

Contrarrazões (e-STJ, fls. 569/573).

O recurso foi inadmitido na origem ante a incidência das Súmulas nºs 7 do STJ e 282 do STF.

Nas razões do presente agravo, LEANDRO alegou não devolveu no especial ofensa ao art. 1.022 do NCPC, asseverando não ser caso de reexame de provas, o que afasta a aplicação da Súmula nº 7 do STJ.

Contraminuta (e-STJ, fls. 595/598).

É o relatório.

DECIDO.

O inconformismo não merece prosperar.

De plano, vale pontuar que o presente recurso foi interposto contra decisão publicada na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016:

Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

A Corte estadual, após análise do conjunto fático probatório dos autos, concluiu que LEANDRO pretende rediscutir questão anteriormente julgada de forma definitiva, conforme se vê do seguinte trecho do aresto recorrido:

Analizando os autos verifica-se que o apelante, em 1999, ajuizou ação judicial nº 001.99.040988-4, visando, dentre outras questões, o recebimento de valores supostamente cobrados indevidamente na porcentagem de 91,89% da cédula rural nº 89/00735-2/PNDR, em dobro.

Em 11 de março de 2009, foi proferida sentença improcedente:

"Quanto ao pedido de repetição de indébito em dobro, constante da letra "a" da fl. 25, tenho algumas considerações a tecer.

(...) Quando ao primeiro contrato (CRPH 89/00735-2), a situação, contudo, é diversa, haja vista a existência de decisão judicial definitiva que fixou o valor do débito em apenas 8.11% da quantia indicada na cédula rural.

Neste específico caso, ultrapasso a questão relativa a existência da integralidade do débito e analiso a presente dos requisitos necessários ao acolhimento do pedido.

Nos termos do art. 1.511 do CC/1916, "aquele que demandar por dívida já paga, no todo ou em parte, sem ressaltar as

quantias recebidas, ou pedir mais do que for devido, ficará obrigado a pagar ao devedor, no primeiro caso, o dobro do que houver cobrado e, no segundo, o equivalente do que dele exigir, salvo se, por lhe estar prescrito o direito, decair da ação".

Pois bem, verifico que a parte requerida efetuou a cobrança, mediante a propositura de execução, de quantia superior àquela devida (fixada no acórdão de fls. 387/394). Ocorre, contudo, que não restou comprovada nos autos a má-fé da parte credora, necessária à procedência do pleito.

(...) Cumpre, ademais, ressaltar que as execuções foram lastreadas, também, nos termos aditivos, que constam a expressa ratificação dos débitos.

Desta forma, não há se falar, também, em devolução em dobro do valor executado para o 1º contrato, face à inexistência de prova da má-fé da parte requerida na cobrança, merecendo rejeição, portanto, o pedido indicado na letra "a", da fl. 25". (f. 334/335)

Em 05.07.2011, ingressou com a ação em tela, na qual, em suma, pretende a condenação da instituição financeira na devolução em dobro do crédito apurado no cumprimento de sentença nº 001.00.060137-6/0001, que se refere à execução ilegal da cédula de crédito rural nº 89/00735-2/PNDR

Contudo, há sim clara coisa julgada material, tendo em vista que as ações estão consubstanciadas no mesmo objeto, ou seja, valores referentes a cédula rural nº 89/00735-2/PNDR cobrados indevidamente pelo banco.

Ora, ao ver o feito anterior julgado improcedente, cabia ao autor recorrer da decisão e não deixa-la transitar em julgado.

De se ressaltar que o argumento de que a ação em tela diz respeito ao valores indevidamente cobrados pelo banco antes da execução não merece prosperar, pois isso em nada difere da ação anterior, bem como o próprio apelante requer o pagamento dos valores apurados no cumprimento de sentença que se refere à execução ilegal da cédula de crédito rural nº 89/00735-2/PNDR.

Não se pode olvidar ainda que valores eventualmente apurados em cumprimento de sentença devem ser cobrados ainda naquele feito, não havendo razões para que o Judiciário se pronuncie novamente sobre os mesmos fatos.

Outrossim, como bem asseverado pelo magistrado a quo a peça inaugural da ação anterior não deixa dúvidas da similitude da identidade de partes, pedido e causa de pedir, in verbis:

"(...) Ora, verifica-se da petição inicial de fls. 376/397 oriunda dos autos nº 001.09.040988-4-, que o ora autor afirmou que 'celebrou com o requerido, em 28.09.89, um financiamento pelo crédito rural, com recursos do PNDR, destinado a aquisição de 3.200 toneladas de calcário dolomítico, aração, gradagem, e aplicação de calcário em 800 hectares de terra e

aquisição de máquinas e implementos', sendo que 'para garantir este empréstimo foi firmada a Cédula Rural Pignoratícia e Hipotecária nº 89/00735-2/PNDR' (item I, fl.373).

Acrescentou que 'do valor contratado, foi liberado para o autor somente a quantia de NCz\$ 134.679,26. O valor de NCz\$ 1.524.570,74 foi utilizado pelo Banco do Brasil S.A, em outras finalidades', ressaltando que 'O Banco do Brasil S.A, com base no contratado nessa Cédula Rural Pignoratícia e Hipotecária nº 89/00735-2/PNDR, ajuizou execução em 06.12.93', com escopo de 'receber a totalidade do crédito contratado, com todos os seus encargos, não tendo feito qualquer ressalva, quanto aos valores, que manipulou e desviou para outras contas' (item I, fl.374).

Ressaltou que " por conta da liquidação dessa cédula de crédito rural, como está reconhecido pelo requerido, na execução já noticiada, o autor efetuou o pagamento no valor de Cr\$ 542.992.710,00, em 10.11.92", de modo que "pagou muito mais do que deve, pelo pequeno valor que lhe foi liberado, considerando a ilegalidade de acréscimos (juros e correção) debitados em sua conta. Na realidade o autor tem hoje em haver do requerido um valor expressivo por ter pago quantia maior do que a devida nessa conta" (item III, fl.375).

Afirmou que 'efetuando-se o cálculo de porcentagem constata-se, que do valor dessa cédula rural, somente foi liberado para a conta do autor, para sua utilização na finalidade prevista no empréstimo, uma pequena parcela de NCz\$ 134.679,26, que representa 8,11 do valor do montante inicialmente contratado' (item IV, fl.425 'verso'). Verberou que 'com essa atitude o requerido impediu que o autor empregasse em seu benefício e para melhorar a sua plantação 91,89% do valor contratado', de modo que 'nunca poderia vir a juízo para exigir o pagamento do total do valor da cédula, acrescido com as taxas absurdas', já que 'caracteriza a evidente má-fé com que ele está agindo, além de estar a cobrar valores que não são devidos' (item VII, fl.427).

Diante disso, postulou dentre outros pedidos pela 'condenação do requerido na devolução em dobro das importâncias desviadas, devidamente corrigida com juros, da mesma forma que corrige o seu crédito, e ao ressarcimento dos danos materiais e morais sofridos, prejuízos, perdas e danos, lucros cessantes' (fl. 396).

Assim, percebe-se que a causa petendi deduzida nos autos nº 001.99.040988-4 , que tramitou perante a 3ª Vara Cível desta Capital é, em suma, igual a preconizada no presente feito, sendo que os pedidos também são similares, eis que naquela demandada o autor pleiteou o ressarcimento dos prejuízos, danos materiais sofridos e na devolução em dobro dos valores

'desviados/retidos', enquanto que na presente lide pretende a devolução em dobro do crédito oriundo da Cédula rural nº 89/00735-2/PNDR e objeto do cumprimento de sentença nº 001.00.060137-6/0001.

Esta pequena diferença, vale dizer, não autoriza que a parte autora promova uma nova ação fulcrada nos mesmos fatos e fundamentos jurídicos, sob pena de infringir a coisa julgada, primordial para a garantia da segurança jurídica. Aliás, rezava o artigo 474 do CPC/73, vigente a época, que "passada em julgado a sentença de mérito, reputar-se-ão deduzidas e repelidas todas as alegações e defesas que a parte poderia opor assim ao acolhimento como à rejeição do pedido". Igual preceito se verifica do atual art. 508 do NCPC/15.

(...) Assim, se a parte autora promoveu uma ação anterior (nº 001.99.040988-4) relatando os mesmos fatos aqui discutidos, inclusive afirmando expressamente que 'por conta da liquidação dessa cédula de crédito rural, como está reconhecido pelo requerido, na execução já noticiada, o autor efetuou o pagamento no valor de Cr\$ 542.992.710,00, em 10.11.92", de modo que "pagou muito mais do que deve, pelo pequeno valor que lhe foi liberado', motivo pelo qual 'tem hoje em haver do requerido um valor expressivo por ter pago quantia maior do que a devida nessa conta' (item III, fl.375), caberia a ela naquela oportunidade ter esgotado todas as alegações, fundamentos e pedidos atinentes a casuística, sob pena de ver preclusa a matéria. Deste modo, não se pode propor uma novel ação pugnando pretensão com fatos já examinados e decididos pelo Poder Judiciário, que inclusive fora rejeitada à época (devolução dos valores, ressarcimento de prejuízos e perdas e danos).

(...) Não obstante, observa-se dos documentos de fls. 34/50, 85/112 e 131/161, que os valores pagos a maior pelo autor em razão dos Embargos à execução terem fixado o título em em 8,11% do valor da cártula nº 89/00735-2/PNDR, estão sendo apurados e cobrados nos autos do cumprimento de sentença nº 001.00.060137-6/0001, que tramita na 14ª Vara Cível desta Capital.

Assim, a restituição dos valores em decorrência do pagamento realizado a maior, deve, obviamente, se dar no cumprimento de sentença 001.00.060137-6/0001, não podendo se propor nova demanda para que haja outra devolução e em dobro, visto que tal matéria (forma de devolução) já foi decidida pelo Poder Judiciário, tanto é que há cumprimento de sentença para receber tais importâncias.

Em resumo, se a decisão prolatada nos Embargos à Execução nº 001.00.060137-6 contém carga condenatória para devolver de forma simples o montante adimplido a maior pelo ora requerente, não cabe ele por meio de outra ação modificar o

que já fora decidido e transitado em julgado, sob pena de infringir a coisa julgada". (f. 480/486)

Assim, a improcedência do pedido de devolução de valores referente a cédula rural nº 89/00735-2/PNDR fez coisa julgada material, o que impede a propositura desta nova demanda com vistas a discutir o que já foi judicialmente decidido e tornado imutável pela res judicata.

Tornou-se indiscutível, diante da coisa julgada nos autos nº 001.99.040988-4, que não é devida a devolução em dobro dos valores referente a cédula rural nº 89/00735-2/PNDR.

Percebe-se, portanto, que ao ajuizar a nova ação, embora acrescentando novos argumentos jurídicos, o apelante visa a mesma pretensão anterior, não existindo alteração do pedido ou da causa de pedir, nem mesmo das partes, ou seja:

os três elementos exigíveis para configuração da coisa julgada se encontram presentes.

Não se pode olvidar a coisa julgada é mencionada como uma das garantias fundamentais previstas na Constituição Federal que decorre da necessidade de que as decisões judiciais não possam mais ser alteradas a partir de um determinado ponto. Ela é a qualidade que torna imutável e indiscutível o comando que emerge da parte dispositiva da sentença de mérito quando não mais cabível recurso ordinário ou extraordinário, tampouco sujeita ao reexame obrigatório em duplo grau de jurisdição.

Desta forma, a sentença não mais poderá ser modificada após o trânsito em julgado, sob pena de ofensa à coisa julgada.

In casu, resta evidente que o apelante busca novo julgamento daquela questão da qual não recorreu, quando julgada improcedente (e-STJ, fls. 526/529).

Assim, ultrapassar a conclusão a que chegou o eg. Tribunal Estadual, demandaria nova incursão no arcabouço fático-probatório carreado aos autos, procedimento sabidamente inviável na instância especial, pois vedado pela Súmula 7 desta Corte: *A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial.*

A propósito, veja-se o julgado:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. COISA JULGADA MATERIAL. EXISTÊNCIA DE COISA JULGADA. SÚMULA 7 DO STJ. EXTENSÃO DOS EFEITOS DA COISA JULGADA. SÚMULA 7 DO STJ.

1. É assente nesta Corte Superior que "conquanto seja de sabença que o que faz coisa julgada material é o dispositivo da sentença, faz-se mister ressaltar que o pedido e a causa de pedir, tal qual expressos na petição inicial e adotados na fundamentação do decisum, integram a res judicata, uma vez que atuam como

delimitadores do conteúdo e da extensão da parte dispositiva da sentença" (REsp 795.724/SP, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 1º/3/2007, DJ 15/03/2007).

2. É também em razão desse prisma que se firmou o entendimento de que em "havendo dúvidas na interpretação do dispositivo da sentença, deve-se preferir a que seja mais conforme à fundamentação e aos limites da lide, em conformidade com o pedido formulado no processo" (REsp 818.614/MA, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 26/10/2006, DJ 20/11/2006).

3. É pacífica a jurisprudência desta Corte Superior no sentido de que a alteração das conclusões do Tribunal a quo no tocante à existência ou não de coisa julgada, por não haver nas demandas identidade de parte, causa de pedir e pedido, demandaria o revolvimento fático-probatório dos autos, o que encontra óbice na Súm 7 do STJ.

4. Consigna-se, também nesse ponto, que o acolhimento da pretensão recursal, no sentido de rever o alcance e os limites da coisa julgada, demandaria, necessariamente, a incursão na seara fático-probatória constante nos autos, situação que atrai o óbice da Súmula nº 7 do STJ.

5. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1.267.129/AM, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Quarta Turma, j. 7/5/2019, DJe 15/5/2019 - sem destaque no original)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. INCOMPETÊNCIA DA SEGUNDA SEÇÃO. NATUREZA RELATIVA. PRECLUSÃO. DEFICIÊNCIA NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. OMISSÃO. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. PRESSUPOSTO PROCESSUAL DE VALIDADE. IDENTIDADE DE PARTES. VIOLAÇÃO À COISA JULGADA. NÃO OCORRÊNCIA. REVISÃO. REVOLVIMENTO DE FATOS E PROVAS. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO DESPROVIDO.

1. Segundo orientação desta Corte Superior, a "competência dos órgãos fracionários do Superior Tribunal de Justiça é de natureza relativa, de modo que, eventual alegação a respeito da incompetência para o conhecimento da demanda deve ser objeto de irresignação antes do julgamento, inclusive quando proferido monocraticamente." (AgInt no AREsp 1.070.457/ES, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 19/03/2019, DJe 26/03/2019) 2. Nos termos da jurisprudência do STJ, não há se falar em omissão, contradição, obscuridade ou erro material, nem em deficiência na fundamentação quando a decisão recorrida está adequadamente motivada com base na aplicação do direito considerado cabível ao caso concreto, pois o mero inconformismo da parte com a solução da controvérsia não pode ser considerado

Superior Tribunal de Justiça

como deficiência na prestação jurisdicional.

3. De acordo com o entendimento deste Tribunal de Uniformização, a paridade de demandas só se justifica quando presente a igualdade de partes, pedidos e causa de pedir.

4. No caso concreto, em virtude de ter o Tribunal de origem verificado que não havia exatidão entre a ação e as demandas já transitadas em julgado e, conseqüentemente, a ausência de impedimento processual para prosseguimento da demanda, fica, de fato, impedido o Superior Tribunal de Justiça de rever o posicionamento adotado, pois seria preciso a reapreciação dos fatos e das provas acostadas aos autos, situação vedada em recurso especial, diante da aplicação da Súmula 7/STJ.

5. Agravo interno desprovido.

(AgInt no REsp 1.772.742/PR, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, DJe 19/12/2019)

Nessas condições, **CONHEÇO** do agravo para **NÃO CONHECER** do recurso especial.

MAJORO em 5% o valor dos honorários advocatícios fixado em desfavor de LEANDRO, nos termos do art. 85, §§ 2º e 11, do NCPC.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator